

# As práticas políticas e educativas do MST desde sua gênese

Maria Eleusa Mota Santana<sup>1</sup>

## Resumo

O objetivo maior do presente comunicado é abordar a emergência, desde sua gênese, de um novo sujeito social e político: os trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra agregados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um assunto extremamente polêmico.

## Palavras-chave

MST. Camponeses em movimento.

**1.** Pedagoga da terra pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e VIA CAMPESINA.

# **The politic and education practice MST since its origin**

Maria Eleusa Mota Santana\*

## **Abstract**

The biggest aim of the present report is to approach the emergency, since its genesis, of a new social and political subject: the landless country workers associated to Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST (Mobilization of Landless Country Workers, in English) an extremely polemical issue.

## **Keywords**

MST. Countrymen social mobilizations.

\* Ecopedagogue by Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e VIA CAMPESINA.



Desenho: Aline Roxa e Maria Eleusa Mota Santana

Para entendermos o processo e a prática educativa no MST, é necessário voltar nosso olhar para a gênese desse Movimento, contextualizando-o do final do decênio de 1970 até os dias de hoje. Não se trata de uma crônica do MST, mas de uma busca constante e efetiva numa leitura sociológica da atual luta dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as) pela terra.

Esse olhar é permeado pela vivência de uma década como militante, integrante desta história, agente ativa e receptiva. É um olhar voltado para a verificação dos impactos da formação política na construção e transformação do novo homem e da nova mulher no MST.

A construção da consciência de classe se dá sob a influência das experiências políticas e produtivas, conjugadas com práticas sócio-educativas, exemplificadas nos acampamentos e assentamentos do MST. A vida dos trabalhadores e trabalhadoras que fazem parte do MST é transformada, independentemente de permanecerem ou não na Organização, devido ao choque de idéias e ideais disseminados na formação política e ideológica.

## Não nos faça essa maldade

Se queres lavar meu prato  
Só porque tu és mulher,  
Imploro-te de joelhos  
Não nos faça essa maldade.  
Reforçar este machismo  
Nunca trará recompensa.  
Se a consciência tem flores  
Mas também dita a sentença  
Nem deveria viver  
Quem te faz reconhecer,  
Que teu caminho é apenas  
Entre o fogão e a despensa.

(Zé Pinto é cantador, poeta e compositor do MST)

A organicidade defendida no MST, amada e odiada por tantos, assegura a continuidade da luta há mais de 25 anos, por militantes, dirigentes, coordenadores, acampados, assentados e apoiadores.

Há quem diga que os Sem-Terras entram na luta pela terra porque são pessoas diferentes, que gostam da luta ou são “baderneiros”. No entanto, ao longo desta última década, observamos, nesta trajetória de vivência e pesquisa, que os(as) trabalhadores(as) entram no MST por pura necessidade financeira, para adquirirem um pedaço de terra para a subsistência familiar.

Uma grande parte desses(as) trabalhadores(as), depois de conquistar seu tão sonhado pedaço de chão, continua a luta para além da terra, para que outros também possam ter acesso à ela, e porque descobrem que a reforma agrária vai muito além da terra, como a necessidade de educação, saúde, cultura - entre outros direitos.

Quando o MST organiza um curso para formação de uma turma, esse esforço é aproveitado na sua totalidade, mesmo quando, aparentemente, algum militante não consegue nenhuma troca de conhecimento ou ocorre desistência. A

partir do nosso olhar, isso não significa perdas, pois, no processo de politização, toda experiência é considerada: o inevitável e o inesperado vão para a avaliação como uns dos riquíssimos processos formativos no Movimento.

Os limites e contradições da conscientização dos trabalhadores e trabalhadoras ligados ao MST, em termos de sua compreensão de vida, de sociedade, de política, de educação e de suas relações familiares e sociais, no meio em que vivem, são transformados ao passarem ou permanecerem no MST.

São muitas as indagações em torno dessa formação educativa do MST e da existência ou não de conflitos entre as ideologias defendidas pelos dirigentes do Movimento. Consideramos que as manifestações e organizações coletivas constituem espaços propícios ao processo de formação de uma consciência de classe, que se constrói na experiência de vida, nos intercâmbios, na política.

Para entendermos melhor como se dá a formação política no Movimento, precisamos conhecer sua gênese, principalmente seu período gestativo.

O MST não foi invenção de alguns (algumas) trabalhadores(as) brasileiros(as). Trata-se de um movimento social de extrema importância, uma vez que tem uma especificidade classista, uma dimensão contestatária radical. São camponeses e camponesas que se organizaram na luta pela terra e passaram a ser reconhecidos mundialmente como Sem-Terras do MST, numa denominação que a imprensa adota e divulga como sendo a saga do povo camponês ao buscar o fio da meada que havia ficado solto desde o desmoronamento das Ligas Camponesas pelos militares na Ditadura.

Para Mitsue Morissawa (2001), pode-se dizer que a história das Ligas Camponesas tem sua continuidade no MST, porque, essencialmente, tal como o

MST, aquelas ligas constituíam um movimento independente, nascido no próprio interior das lutas travadas pela terra, principalmente porque defendiam a reforma agrária e para acabar com o monopólio da terra pela classe dominante.

Cada vez que se refere à história desse movimento, percebe-se o grande orgulho que os integrantes relatam pelo fato de o MST ter sido constituído pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras e por continuarem, até hoje, sua organização por e para eles mesmos.

Na madrugada de 06 para 07 de setembro de 1979, em plena Ditadura Militar, aconteceu a ocupação da Fazenda Macali, no Rio Grande do Sul. Refletindo a respeito da organicidade de uma ocupação<sup>2</sup>, entendemos que ela demanda muito tempo com as articulações da própria ação: o agrupamento das pessoas, transporte, alimentação, entre outras providências que, potencialmente, asseguram a permanência e a resistência no latifúndio ocupado. Partindo desse entendimento, a ocupação de 06 de setembro de 1979 poderá ter sido planejada muito tempo antes. Com isso, podemos dizer que a gestação do MST pode ter durado até mais de 05 anos, culminando seu nascimento em 1984.

Na ocupação da Fazenda Macali, fizeram-se presentes famílias remanescentes do Máster, que, em 1962, congregavam-se mais ou menos seis mil pessoas acampadas em Sarandi, no Rio Grande do Sul. Como muitas famílias não conseguiram ser assentadas, tem início um processo de organização desses acampados, unindo forças com os acampados militantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da reforma agrária, os quais vão à luta por soluções coletivas. Percebe-se a forte influência da CPT nessa ocupação. Por exemplo, ao entrarem na terra ocupada, foi fincada uma cruz como símbolo da conquista e resistência; sobre a cruz, foi colocada a bandeira do Brasil. Afinal, era Dia da Pátria e a luta era pelo direito à vida, ao trabalho, à terra e à dignidade

**2.** Ocupação para o MST é diferente de invasão. Ocupar é uma forma de denunciar os latifúndios improdutivos e pressionar as autoridades a desapropriar as terras para fazer assentamento.

dos camponeses e camponesas.

Assim, tem início a gestação desse Movimento, com as ocupações da Fazenda Macali, em 06 de setembro de 1979; da Fazenda Brilhante, em 25 do mesmo mês e ano; e da Fazenda Annoni, em outubro de 1980. Com essas lutas e outras surgidas em todo país, foram sendo geradas lideranças e permeadas a consciência e a necessidade da construção de um projeto maior: a reforma agrária no Brasil.

Em dezembro de 1980, as famílias que não conseguiram ser assentadas nas ocupações citadas acima, dentre outras não citadas, se uniram com meeiros, assalariados e filhos de pequenos agricultores e ocuparam um local chamado Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul. No acampamento da Encruzilhada Natalino, muitos trabalhadores e trabalhadoras eram oriundos de movimentos sociais e, apesar da precariedade das condições vividas ali, organizaram-se em grupos, setores, comissões, coordenação, organicidade que inspira até os dias de hoje o MST.

Com essa organicidade, nasce o primeiro registro feito pelos trabalhadores e o primeiro órgão de comunicação do Movimento: o Boletim Sem Terra, atualmente conhecido e distribuído como Jornal Sem Terra.

As ocupações, encontros e seminários desse período gestativo culminam na realização do 1º Encontro Nacional dos Sem Terras, em Cascavel, Paraná, em janeiro de 1984, nascendo o MST. Estavam presentes camponeses e camponesas de 12 estados e representantes da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), da CUT (Central Única dos Trabalhadores), da CIMI (Comissão Indigenista Missionária), da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e da Comissão Operária de São Paulo, apoiando e presenciando a fundação do MST. Segundo Mitsue Morissawa (2001), a expressão “sem terra” apareceu inicialmente na constituinte de 1946, quando virou pauta, eclodindo a necessidade de reforma agrária, e a imprensa contribuiu para consolidar definitivamente tal expressão.

Para Caldart (2000):

A condição (individual) de sem (a) terra, ou seja, a de trabalhador ou trabalhadora do campo que não possui sua terra de trabalho é tão antiga quanto a existência da apropriação privada deste bem natural. No Brasil, a luta pela terra e, mais recentemente, a atuação do MST acabaram criando na língua portuguesa o vocábulo sem-terra, com hífen, e com o uso do s na flexão de número (os “sem-terras”), indicando uma designação social para esta condição de ausência de propriedade ou posse da terra de trabalho, e projetando, então, uma identidade coletiva (CALDART, 2000, p. 16-17).

Em janeiro de 1985, aconteceu o 1º Congresso Nacional do MST, em Curitiba, Paraná, com 1600 delegados de todo Brasil, ocasião em que outros grupos de luta pela terra foram convidados do MST.

Vale lembrar que, nesse período, uma boa parte da Igreja, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B) estavam apoiando o novo governo, que se iniciava com o fim da Ditadura Militar. O MST tira como linha de atuação, nesse 1º Congresso, não fazer pacto com o novo governo, mediante a determinação de que a luta pela reforma agrária só avançaria vitoriosa com lutas e ocupações massivas.

Em maio de 2005, acontece mais uma Marcha Nacional do MST, saindo de Goiânia rumo à Brasília. Durante 17 dias aconteceu o alucinante levante e desmonte de uma cidade móvel de 12 mil marchantes. Entre os participantes da marcha, estavam crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. A maioria é composta por militantes, dirigentes, acampados, assentados, coordenadores Regionais, Estaduais, Nacionais e Setoriais.

Para que as crianças e jovens não perdessem aulas durante a marcha, a Escola Itinerante funcionou o tempo todo, garantindo o direito de estudar que tanto defende o MST. São muitos

os setores pertencentes à organicidade do MST, mas um que dificilmente seja tão pertinente nos dias de hoje é o Setor de Gênero. A questão da mulher é vista como questão do Setor de Gênero, em que todos participam - homens e mulheres - na busca da construção do novo homem e da nova mulher.

Assim, as mulheres sem-terra são estimuladas a exercer o papel de lideranças, coordenadoras, desde a chegada no acampamento para a ocupação. As linhas políticas do MST são extremamente claras ao garantirem direitos e deveres iguais para homens e mulheres. Na composição, por exemplo, das coordenações, o número de mulheres e homens deve ser igual.

É preciso buscar constantemente conhecimentos para resolvermos os conflitos de classe e de gênero, pois a luta é dupla: contra os inimigos externos e entre a companheirada, na perspectiva de romper com o machismo, preconceito...

Na construção dessa nova mulher e desse novo homem, é sabido que, conforme Caldart (2004),

Os sem-terra hoje não interessam somente a eles mesmos, e nem eles se interessam apenas por si mesmos. As práticas de educação no MST fazem parte do movimento pedagógico de seu tempo

e precisam ser compreendidas tal como o que foi proposto para o conjunto da experiência histórica do MST (CALDART, 2004, p. 417).

Assim, concordando com Floresta (2006):

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) tornou-se uma força de contestação social de tamanha vitalidade que é impossível hoje ignorá-lo. Chama a atenção justamente por questionar os limites da “ordem legal”, construindo um contra discurso social em nome de valores baseados na igualdade e na solidariedade. Causa uma certa estranheza perceber a tenacidade com que estes trabalhadores e trabalhadoras integrantes do MST buscam expor as contradições do discurso neoliberal, indicando que há limites para a tolerância das massas à degradação das suas condições de vida.

Se o mundo é humano e a moderna revolução técnica, a automatização, o processo de produção e libertação da energia nuclear são frutos do trabalho, não se deve pensar na possibilidade de utilizar esse “progresso” para a supressão das diferenças entre trabalho físico e intelectual, campo/cidade? (FLORESTA, 2006, p. 11).

## Referências

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FLORESTA, Leila. **Escolas dos acampamentos/assentamentos do MST: uma pedagogia para revolução?** 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.